



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

**RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO N.º 08437/2025**

**RECURO:** EMPRESA AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA

Referente à:

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2445/2025** (Flowdocs)

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2025**

**DATA DA ABERTURA:** 10 de junho de 2025

**HORÁRIO:** 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma **ELETRÔNICA**, pela Plataforma BLL Compras, no endereço: <https://blcompras.com>.

Faço constar que, no decorrer do processo licitatório, realizado por meio da plataforma BLL Compras (<https://blcompras.com>), verificou-se, conforme registrado no chat da referida plataforma, que, no momento oportuno, duas empresas não foram devidamente inabilitadas. Diante disso, na data e horário indicados no referido chat (23 de junho de 2025), procedi à retroação da fase na plataforma, a fim de formalizar as inabilitações e conceder nova oportunidade para manifestação recursal.

Assim, o presente recurso refere-se à segunda fase da manifestação de recurso, em decorrência dos ajustes realizados.

Destaco que, com base no princípio da autotutela, consagrado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, a Administração Pública tem competência para revisar seus próprios atos, anulando-os quando eivados de ilegalidade ou revogando-os por razões de conveniência e oportunidade.

Dessa forma, com fundamento nesse princípio e visando à adequada condução do processo, o presente recurso será analisado e processado no mesmo feito do primeiro recurso, registrado sob o nº 08437/2025

**DO OBJETO:**

Constitui objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CRIAÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL**, em conformidade com as especificações contidas no edital e anexos.

Inicialmente informo que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA PRONTA CONTRATAÇÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Decreto Municipal nº 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 22/05/2025, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 23/05/2025, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, PNCP, Portal da transparência e Plataforma BLL Compras.

**DA TEMPESTIVIDADE:**

- O recurso foi interposto, dentro dos prazos legais, portanto tempestivo, pela empresa **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA.**

Faço constar que o recurso protocolado pela empresa acima O recurso foi protocolados nesta Prefeitura sob n.º 8437/2025 (Flowdocs). Sendo considerado os prazos do julgamento do presente processo o Art. 165, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

#### **DO INICIAL:**

A Agente de Contratações deste Município, instituída pela Portaria nº 036/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2025, julga e responde o recurso interposto pela empresa **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA.**

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)”.

#### **DO RECURSO APRESENTADO:**

A Agência Fera Marketing Ltda apresentou recurso administrativo direcionado ao pregoeiro do Município de São José do Vale do Rio Preto (RJ), referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2025 e ao Processo Administrativo nº 2445/2025.

A empresa argumenta que foi inabilitada injustamente por supostamente não apresentar comprovante de registro profissional ativo de publicitário e jornalista, conforme exigido no item 9.15.1.3 do edital, sustentando que a exigência de registro profissional não é essencial, pois o diploma de graduação já comprova a qualificação técnica dos profissionais, conforme entendimento do STF. Aponta que essa exigência fere o princípio da razoabilidade e se apoia em decisões judiciais para embasar sua posição, entendendo assim a recorrente, que o diploma apresentado já assegura a qualificação do profissional e a sua capacidade para executar os serviços contratados.

Além disso, a Agência Fera foi desclassificada por não apresentar comprovante de inscrição em entidade representativa, como o SINAPRO-RJ, conforme item 9.1.2 do edital. Contudo, defendeu que a certificação do CENP garante sua qualificação técnica, conforme Art. 4º, § 1º, da Lei nº 12.232/2010, além de considerar desnecessária a exigência do SINAPRO, embora a tenha anexado no documento recursal como comprovação de associação, reforçando a motivação da desclassificação ainda mais improcedente.

Diante disso, requer o recebimento e provimento do recurso, a **reversão da inabilitação**, com a consequente habilitação da empresa no certame, fundamentando o pedido nos princípios da legalidade, da ampla defesa e no poder de autotutela da Administração Pública (Súmula 473 do STF).

#### **DO CONTRARRECURSO APRESENTADO:**

Não houve apresentação de contrarrazões (**CONTRARRECURSO**) apresentado na Plataforma BLL Compras.

#### **DO JULGAMENTO:**

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, o Gabinete do Prefeito,

para análise e pronunciamento do recurso, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu pela parte técnica e, por fim, à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer.

**Segue parecer do Setor Técnico do Gabinete do Prefeito:**

Informo que a Secretaria solicitante apresentou a seguinte resposta em cota #26 do processo administrativo nº 8437/2025, quanto ao recurso apresentado:

*“Após a análise dos recursos e contra recursos do processo Audio visual, permaneço com as seguintes considerações:*

*Na presente licitação a empresa FERA agência de publicidade não apresentou documentos essenciais, o que configura descumprimento do edital.*

*Constatamos que a empresa, não apresentou : contrato direto e ou registro da empresa com jornalista e publicitário, não vimos assinatura da declaração unificada e a não apresentação solicitada da Sinapro, órgão esse responsável pelas agências de propaganda do estado do RJ.*

*Diante do exposto após análise ao solicitado, temos o entendimento que a empresa FERA encontra-se inabilitada..”*

**Segue parecer da “conclusão” da Procuradoria Geral do Município:**

**“CONCLUSÃO:**

*Entendo que a empresa recorrente não cumpriu as cláusulas ns. 9.12.8, 9.12.2 e 9.15.1.3, conforme asseverado pela comissão de Licitação em análise de seus documentos de habilitação, tendo a mesma inabilitado a recorrente.*

*Deve-se salientar que os licitantes estão submetidos às regras do edital, com bem colocado pela empresa que apresentou contrarrazões ao recurso, sob o pálio do princípio da vinculação ao edital que deve ser observado na aplicação da Lei 14.133/21, nos termos de seu art. 5º:*

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

*Ademais, em seu recurso, não apresentou a empresa recorrente nenhum documento que pudesse substituir os exigidos no edital, em nome do princípio do formalismo moderado, e deve-se asseverar que os contratos de trabalho ou contratos civis de seus profissionais publicitário e jornalista não são meras exigência burocráticas, mas prova da relação jurídica do profissional com a empresa para a sua atuação em nome da mesma, bem como o documento de demonstre a sua filiação a sindicato representativo, a demonstrar a sua plena atuação no mercado.*

*Diante do exposto, opino pelo indeferimento do recurso apresentado pela empresa AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA”.*

Faço constar que considerando que o recurso atual é idêntico ao anteriormente interposto, informo que o parecer jurídico refere-se ao julgamento do primeiro ato recursal.

Depois de analisar o recurso interposto pela empresa Agência Fera Marketing LTDA, e, levando em consideração os pareceres emitidos pelo setor técnico requisitante, o Gabinete do Prefeito e pela Procuradoria Geral do Município, passo ao julgamento final do presente recurso.

Observa-se que a inabilitação da recorrente se deu pelo descumprimento de exigências da qualificação técnica, expressas no edital do Pregão Eletrônico nº 05/2025, conforme:

- **Ausência de comprovante de registro profissional ativo de publicitário e jornalista**, conforme item 9.15.1.3 do edital;
- **Inexistência de comprovante de inscrição vigente em entidade representativa** (ex: SINAPRO-RJ), exigido no item 9.12.2 do edital;

A empresa recorrente em suas argumentações informa que o diploma de graduação seria suficiente para comprovar a qualificação técnica dos profissionais, e que o registro em conselho de classe ou sindicato seria desnecessário. Entretanto, tal entendimento contraria o princípio da vinculação ao edital, conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual todas as regras e exigências estabelecidas previamente no instrumento convocatório obrigam tanto a Administração quanto os licitantes.

Importante informar:

Que o julgamento do recurso apresentado se basearam em informações técnicas apresentadas pelo setor demandante, haja vista a complexidade dos argumentos e documentos apresentados.

Quanto aos documentos apresentados pela recorrente pertinentes aos itens 9.12.2 e 9.15.1.3, sendo eles, o diploma em Bacharel em Comunicação Social em nome de Marcel Peixoto Mendonça e o Cartão de Registro Profissional em nome de Marcos Rodrigues Leão, Jornalista, respectivamente. O item 9.12.2 solicita comprovante de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária, não do profissional. O item 9.15.1.3 solicita que a licitante deverá comprovar com documentação idônea que os profissionais de publicitário e jornalista. **Faço constar que não foi encontrado no rol de documentos apresentados pela licitante vinculação dos profissionais citados à mesma.**

Ressalto que o Requerimento de Registro Profissional, encaminhado à Superintendência/Gerência Regional do Trabalho do Espírito Santo, em nome de Marcel Peixoto Mendonça, visando à obtenção de registro como publicitário, foi emitido apenas em 20 de junho de 2025, ou seja, após a abertura da licitação. Ademais, o referido documento não comprova qualquer vínculo do profissional com a licitante.

Cabe destacar que:

**As exigências do edital não foram impugnadas no momento oportuno**, tendo ocorrido preclusão quanto à possibilidade de rediscutir cláusulas editalícias na fase recursal, conforme art. 164 da Lei nº 14.133/2021;

Não é possível, no curso da fase recursal, a inclusão extemporânea de documentos obrigatórios que deveriam ter sido apresentados na fase de habilitação, sob pena de ofensa aos princípios da isonomia, legalidade e segurança jurídica (Acórdão TCU nº 12/2021-Plenário);

O registro profissional e o vínculo contratual com os profissionais indicados não são meras formalidades, mas constituem elementos essenciais de comprovação da capacidade técnica da empresa, nos moldes exigidos pelo edital;

O documento de filiação a entidade representativa, como por exemplo o SINAPRO-RJ é requisito previsto expressamente no edital, e sua não apresentação no momento oportuno configura descumprimento que justifica a inabilitação. Ressalto que a apresentação do documento na fase recursal demonstra que a mesma possuía o documento, sem motivo da não apresentação no momento adequado, o que configura inclusão de novo documento contrariando a legislação vigente.

Assim, à luz da legislação vigente e conforme apontado nos pareceres técnico e jurídico, a documentação apresentada pela empresa recorrente não atende integralmente às exigências editalícias.

Faço constar que a não apresentação da declaração unificada assinada, não foi considerado como motivo inabilitado por esta Pregoeira, que a considerou como documentos preexistente.

### **DA DECISÃO**

Ante o exposto, Esta Pregoeira/Agente de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Comissão de Equipe de Apoio do Pregoeira/Agente de Contratação, nomeada pela Portaria G.P. nº 36 de 08 de janeiro de 2025, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDE**:

**CONHECER** o recurso interposto feito pela empresa **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA**.

**ACATAR**, o parecer por parte do Setor demandante, o Gabinete do Prefeito, bem como, parecer da Procuradoria Geral do Município, diante das informações apresentadas, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração e confecção das documentações para elaboração do edital, valendo-nos de seus argumentos a nossa resposta ao recurso interposto.

**OPINO**, pelo **INDEFERIMENTO** do recurso administrativo interposto pela empresa **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA**, julgando-o improcedente e mantendo-se a decisão de inabilitação da referida licitante, com base nos princípios da legalidade, vinculação ao edital, julgamento objetivo, isonomia e segurança jurídica, conforme previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Faço constar que a decisão desta pregoeira baseia-se nos argumentos técnicos apresentados pela Secretaria solicitante e argumentos jurídicos apresentados pela Procuradoria Geral do Município.

**ENVIAR** o processo para o Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

**APÓS** que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação: Diário Oficial do Município, portal da transparência e PNCP, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 22 de julho de 2025.

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
Pregoeira/Agente de Contratação